

CULTURA MATERIAL DOS ESCRAVIZADOS E EXPOGRAFIA: UM ESTUDO DO MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO

MATERIAL CULTURE OF SLAVERY AND EXPOGRAPHY: A STUDY OF THE MUSEUM OF PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO

Ana María Sosa González
Évylin Koligoski da Silva

Como citar este artigo:

SOSA GONZÁLEZ, Ana María e SILVA, Évylin Koligoski da. Cultura material dos escravizados e expografia: um estudo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Cadernos do Lepaaraq, v. XVII, n.33, p. 104-125, Jan-Jun. 2020.

Recebido em: 15/04/2020

Aprovado em: 22/04/2020

Publicado em: 09/05/2020

ISSN 2316 8412



Cultura material dos escravizados e expografia: um estudo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Ana María Sosa González^a

Évylin Koligoski da Silva^b

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender a maneira como os museus trabalham com os objetos arqueológicos referentes à cultura material dos escravizados em sua expografia e acervo. Para tal foi realizado uma análise do acervo arqueológico e expográfico do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (criado em 1979) a fim de entender como os objetos relacionados à cultura material dos escravizados estavam expostos e sua relação com os demais objetos. A partir de aí questiona-se a maneira como são tratadas as memórias desse passado colonial violento vinculado à escravidão. Através de uma abordagem metodológica qualitativa com observação das visitas guiadas e entrevistas a funcionárias do museu, percebeu-se a importância da mediação para a compreensão da expografia e demais aspectos do museu assim como possíveis maneiras de trabalhar essas memórias para conhecer o passado e conscientizar ao público a partir dos objetos dos escravizados.

Abstract: The purpose of this article is to understand how museums work with archaeological objects related to the material culture of the enslaved in their expografia and collection. For that, an analysis of the archaeological and expographic collection of the Porto Alegre Museum Joaquim Felizardo (created in 1979) was carried out in order to understand how the objects related to the material culture of the enslaved were exposed and their relation with the other objects. From there, one questions the way in which the memories of this violent colonial past linked to slavery are treated. Through a qualitative methodological approach with observation of the guided tours and interviews with museum employees, the importance of mediation for the understanding of the expografia and other aspects of the museum as well as possible ways of working these memories to know the past and to make the public aware of the objects of the enslaved.

Palavras Chave:

Cultura Material, Escravidão no Brasil, Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Keywords:

Material Culture, Slavery in Brazil, Joaquim Felizardo Museum.

^a Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; (PNPDI/CAPES). Atualmente é professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Cur-riculum completo: <http://lattes.cnpq.br/7567936924117809> E-mail: anasosagonzalez@gmail.com

^b Universidade La Salle Canoas – RS, Brasil. Graduada em Bacharel e Licenciatura em História. E-mail: evylinks@hotmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trabalhar com materiais arqueológicos em museus obriga a abordar pelo menos conhecimentos de duas áreas: Museologia e Arqueologia. Segundo Funari, “a especificidade da arqueologia consiste em tratar, particularmente, da cultura material, das coisas, de tudo que, em termos materiais, se refere à vida humana, no passado e no presente” (FUNARI, 2010, p. 18). Para Peter Van Mensch pode-se compreender a Museologia como uma junção de três fatores, sendo eles: “preservação, investigação e comunicação” (MENSCH, 1992, p. 9-10).

A prática de colecionar objetos que começou no século XV, foi aumentando gradualmente. A partir do século XVII as coleções privadas passaram a assumir uma dimensão explicitamente educativa e no século XVIII e início do XIX, constituíram-se os chamados museus de ciência ou museus enciclopédicos, mas também desenvolveu-se a ideia de que os museus eram lugares nos quais um público amplo “podia e devia se ilustrar com visitas periódicas a estas casas de memória e saber” (ABREU, 2008, p. 123).

Entretanto, segundo André Prous (1992), no século XIX, no Brasil, a vinda da família real estimulou a Arqueologia a crescer por aqui. Dom Pedro II era um admirador dos artefatos antigos de outros povos, por esta razão o Museu Real estabelecido em 1818, depois chamado Museu Nacional do Rio de Janeiro tinha¹ um enorme acervo composto por peças de diferentes partes do mundo. A partir daí a Arqueologia foi criando raízes em solo brasileiro² produzindo-se um importante número de pesquisas arqueológicas no final do século XIX, de extrema importância para a construção do conhecimento histórico do Brasil, pois pouco se sabia sobre a origem dos povos que aqui viviam antes da chegada dos portugueses e espanhóis.

Se depois de um longo processo o Estatuto de Museus no Brasil (Lei nº 11904/2009), em concordância com o Conselho Internacional de Museus - ICOM, entende que os museus são instituições que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem objetos com valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural para o serviço da sociedade e seu desenvolvimento, é claro que os espaços que a cultura material dos escravizados ainda ocupam nos museus é significativamente menor que o ocupado por outros grupos sociais, reproduzindo-se a segregação social e cultural existente em relação ao negro - e outros grupos - no Brasil³.

¹ No dia 02 de setembro de 2018, o Museu Nacional sofreu um incêndio, de terríveis proporções queimando quase toda a extensão do museu e grande parte de seu valioso acervo, que contava com mais de 20 milhões de peças. Estima-se que quase 90% de toda a extensão e acervo do museu tenha sido destruída Ver: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4805/nota-oficial-incendio-no-museu-nacional>.

² A arqueologia no Brasil se iniciou com os trabalhos de Peter Wilhem Lund, entre 1834 a 1844 (FUNARI, 2010, p. 25).

³ Entre os anos de 2012 a 2016 a população que se autodeclara parda e preta aumentou, passando respectivamente de 45,3% e 7,4% em 2012, para 46,7% e 8,2% em 2016. E os que se autodeclaravam brancos em 2012, a taxa era de 46,6%, já em 2016 passou para 44,2%. (<https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>). Através desse processo de autoafirmação contínua, é possível observar que os brancos deixaram de ser a maioria da população brasileira atual. Este processo não se reflete

Esses bens materiais e imateriais de pessoas escravizadas testemunham seu passado. Esses objetos remetem a lugares, atividades, fazeres e crenças que quando expostas, difundidas e explicadas permitem reflexões e compreensão crítica da realidade, conhecimento fundamental para analisar suas repercussões hoje, mesmo quando estejam ausentes ou pouco representadas. Por outra parte, conhecer a história através dos objetos requer um trabalho minucioso, ainda mais em se tratando da cultura material de povos escravizados, que, pela segregação sociocultural passada e presente tem tido pouca ou mínima atenção, invisibilizando seu legado ou destacando unicamente aqueles elementos que se vincularam com o homem branco, tais como os objetos de tortura. Neste sentido, Agostini (1998) afirma que a cultura material desses povos no Brasil é muito fragmentada, pelas diversas formas de repressão dos escravizados e de sua cultura.

Sendo assim o tema desse artigo procura refletir sobre a cultura material dos escravizados e sua representatividade nos museus, tomando como exemplo o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo⁴ de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. A inclusão na expografia de objetos de povos escravizados é interpretada aqui como um aspecto mais do processo de resistência africana, especialmente no que diz à dimensão simbólica, ou seja, como possibilidade de modificar o “olhar branco” – ou colonizado – que ainda predomina nos museus latino-americanos.

A metodologia utilizada foi: a análise do acervo arqueológico do Museu a procura de objetos relacionados à cultura material dos escravizados, no qual se encontram cinco coleções⁵ provenientes de escavações de sítios arqueológicos do município de Porto Alegre⁶; a observação e análise da expografia do museu para compreender a relação dos objetos provenientes de ditas escavações com os outros objetos das exposições, assim como a proposta expográfica do museu, para identificar as falhas e acertos na exposição dos objetos relacionando o tratamento dos mesmos e da história dos escravizados.

O trabalho de campo consistiu em diversos encontros e conversas com a arqueóloga do museu, a Dra. Fernanda Bordin Tocchetto, junto ao auxílio da estagiária Bibiana Santos Domingues, quem por meio de uma visita guiada explicou como é feita a mediação e quais as informações proporcionadas aos visitantes, no que refere ao público geral e ao escolar.

Sendo assim, é importante frisar que no Brasil, a quantidade de museus relacionados aos escravizados e a cultura afro ainda são poucos, comparado com os demais museus do país. No Guia

proporcionalmente nas conquistas sociais nem culturais da população não branca, que ainda domina os espaços de visibilidade sócio-econômica e cultural, sendo o espaço museológico um deles.

⁴ O Museu foi escolhido, pois, além de ser um museu que fica em uma região importante da cidade, abriga um acervo arqueológico que foi importante para este artigo. Dessa forma, pudemos analisar tanto acervo quando a expografia para uma melhor compreensão da cultura material dos escravizados em um museu.

⁵ Em entrevista informal com a arqueóloga responsável pelo acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Dr^a Fernanda Tocchetto, a mesma afirmou que se tem conhecimento de apenas cinco sítios que continham artefatos associados aos escravizados do século XIX, pois há coleções que ainda não foram catalogadas nem analisadas.

⁶ Esses são: Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04), Casas de Caridade (RS.JA-72), Praça Brigadeiro Sampaio (RS.JA-10), Praça da Alfândega (RS.JA-23), Lomba do Pinheiro 2 (RS.JA-74).

dos Museus Brasileiros⁷, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, que contém mais de três mil museus registrados, identificou-se em torno de 10% de museus relacionados ao negro, os escravizados e sua cultura. Dos museus conhecidos e registrados destacam-se alguns relacionados à temática mencionada: o Museu Afro Brasil⁸, situado na cidade de São Paulo e criado em 2004; o Cafua dos Mercês - Museu do Negro⁹, localizado em São Luís do Maranhão e criado em 1972; o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira¹⁰, localizado na região portuária do Rio de Janeiro (é um Museu de Território e contempla lugares como a Escola José Bonifácio, a Pedra do Sal, o Largo São Francisco da Prainha e o Cais do Valongo), criado em 2017; e o Muquifu – Museu dos quilombos e favelas urbanos¹¹, localizado em Minas Gerais e criado em 2012.

2. A cultura material dos povos escravizados: uma aproximação aos estudos da escravidão no Rio Grande do Sul

Tendo em conta que “a cultura material se configura, dentro de correntes teóricas pós-modernas, como tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo ser humano e que, constantemente é interpretada pelas pessoas” (FUNARI; CARVALHO, 1998, p. 4), os objetos expostos expressam um mundo de relações que deve ser interpretada a partir de seu contexto de produção, mas que ao ser levada a um museu pode ter outros desdobramentos e possibilidades se for bem comunicado ao público visitante.

Ao analisar objetos dos escravizados, ou seja, objetos produzidos ou modificados pelos africanos e seus descendentes que serviram de mão de obra escrava nas terras brasileiras, interessa saber: se todo ser humano durante sua vida fabrica ou modifica objetos, onde está a cultura material dos povos escravizados no Brasil? Segundo Agostini (2012) os vestígios arqueológicos referentes aos escravizados são poucos e seu estudo precisa ser mais aprofundado. Apesar disso, no Brasil é um dos raríssimos lugares onde se encontrou uma enorme quantidade de cultura material dos escravizados (LIMA; SENE; SOUZA, 2016).

Em escavações recentes no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, tem-se achado abundante material. Entre os objetos encontrados existem cachimbos, contas azuis, adornos e cerâmica.

⁷ Guia dos museus brasileiros disponível em <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sudeste.pdf>

⁸ Tem o intuito de mostrar obras e produções de negros brasileiros. O espaço tem como proposta evidenciar a perspectiva africana refletida em seu patrimônio, identidade e memória. In: <http://www.museuafrobrasil.org.br/>

⁹ Tem como objetivo a preservação da memória e história da cultura negra no Estado. O museu não possui um site oficial, apenas uma página no Facebook (<https://www.facebook.com/pages/Cafu%C3%A1-das-Merc%C3%AAs/214301342050684>)

¹⁰ O museu não possui um site oficial, se dá a conhecer apenas em redes sociais como o Facebook (<https://www.facebook.com/muhcab.rio/>)

¹¹ O museu tem como intuito a preservação e salvaguarda das favelas e dos quilombos, garantindo assim a memória coletiva dos que ali viveram. Site do museu: <http://muquifu.com.br/>

Segundo Agostini os cachimbos (encontrados em alguns sítios arqueológicos do século XIX no Rio de Janeiro) demonstram práticas de socialização entre os escravizados, evidenciando que eles serviam como uma forma de resistência cultural desses povos. Para a autora analisar os vestígios materiais de escravos africanos, é contribuir “para a produção da sua história que parece tão fragmentada, principalmente no que diz respeito aos hábitos cotidianos e a materialização e circulação de símbolos que expressavam resistência ao regime a que eram submetidos” (AGOSTINI, 2012, p. 115).

O Brasil, um dos últimos países latino-americanos em abolir a escravidão foi estabelecendo gradativamente leis em essa direção: lei contra o tráfico negreiro (1850), do ventre livre (1871) e a dos sexagenários (1885), diminuindo o uso de escravizados, até o fim da escravidão no Brasil, vinda da Lei Áurea (1888), que não foi uma ruptura completa, pois demorou-se muito para que o uso da mão de obra escrava fosse sanado.

É importante frisar que no Rio Grande do Sul, a escravidão era uma prática que se utilizava fortemente, mas houve muitos esforços para se esconder essa realidade. Durante muito tempo afirmou-se haver um número insignificante de escravizados na região. “Assim os estudos sobre esse assunto também se tornaram tardios, a modo de exemplo: na década de 1980, contabilizou-se 114 títulos publicados, na década seguinte, já foram 196” (XAVIER, 2008, p. 15).

Por outro lado, gerou-se um mito da escravidão branda no Rio Grande do Sul, mito que “vai-se desfazendo à medida que se folheiam os periódicos contemporâneos, onde, pela leitura dos anúncios de fugas e vendas de escravos, percebe-se que a violência do branco contra o negro não é monopólio da zona equatorial do país” (BAKOS, 1982, p. 17). A historiografia de então também dava pouca ou nula atenção a esses grupos, dessa forma, a história dos escravizados, estava condicionada ao preconceito existente e a falta de narrativas provindas dessa historiografia que relatava apenas os feitos históricos de povos considerados “importantes” e de seus “grandes personagens”.

Mas também, apesar de haver documentos que falam sobre os escravizados “a importância da arqueologia nos estudos de escravidão está na possibilidade de acrescentar novos dados que não podem ser vistos nos registros escritos e, portanto, na perspectiva de abrir novas práticas interpretativas” (THIESEN, MOLET, KUNIOCHI, 2011, p. 3). Seguindo Ferreira

Estudos sobre escravidão, afinal de contas, sempre requerem o que o historiador Robert Farris Thompson chamou de “enfoque tricontinental”, uma ampliação das escalas de análise para envolver três continentes: América, África e Europa. Esses estudos concentraram-se, ainda, nas materialidades dos sistemas escravistas locais, nos arranjos espaciais que estabeleceram a vigilância e o controle do cotidiano e do trabalho escravo nas indústrias do charque. Finalmente, poderemos pesquisar as materialidades mais “diacríticas” da diáspora africana, com seus mecanismos de formação de identidades culturais, as ações sociais de escravos e escravas e seus processos de resistência (FERREIRA, 2016, p. 13).

Com tudo, a arqueologia no Brasil trouxe novas perspectivas para compreender a história e cultura dos escravizados; não somente estudar objetos de tortura, mas seus ritos, crenças

e identidade através de sua cultura material. Ainda assim, os trabalhos relacionados a eles ainda são escassos comparados com os estudos de “seus senhores”, o que se torna ainda mais evidente nos museus.

As investigações mais recentes incluem o estudo de uma senzala do sul do Brasil, no município de São Martinho da Serra (Machado e Milder, 2003), um grupo de fazendas no Mato Grosso, (Symanski e Souza, 2001), e duas fazendas de açúcar em Goiás (Souza, 2001). Com exceção da primeira, estas pesquisas enfatizam, sobretudo, práticas simbólicas e rituais. (THIESEN, MOLET, KUNIOCHI, 2011, p. 3).

3. O Museu Joaquim Felizardo de Porto Alegre

O Museu de Porto Alegre foi criado, em 1979, com a finalidade de reunir acervos históricos e culturais da cidade. A primeira sede da instituição localizava-se em um prédio na Rua Lobo da Costa, no bairro Cidade Baixa. Em 1980, tiveram início as obras de restauração do Solar Lopo Gonçalves que, a partir de 1982, passou sediar a instituição. Em 1993, o Museu de Porto Alegre passou a denominar-se Joaquim José Felizardo, em homenagem ao historiador e criador da Secretaria Municipal da Cultura, nascido em Porto Alegre em 1932¹².

O Solar Lopo Gonçalves foi construído entre 1845 e 1855, na antiga Rua da Margem, atual João Alfredo, é considerado um exemplar do estilo tradicional luso-brasileiro ou colonial. Foi a casa de chácara para a família Gonçalves Bastos e residência de cidade para seus herdeiros, posteriormente, foi adquirido por Albano José Volkmer, proprietário da Fábrica de Velas, para acolher sua família e funcionários. Nesse período, tornou-se conhecido como Solar Magnólia, em função da árvore grandiosa que se localiza em frente da casa. Logo depois a casa passou para outro dono, na década de 1970 e por um tempo funcionou como um “cortiço”, abrigando famílias de baixa renda. Em 1979, a prefeitura arremata o local e o restaura para sediar o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

O museu conta hoje com três acervos diferentes: o Acervo tridimensional, formado por mais de 1.300 objetos dos séculos XIX e XX, como acessórios de uso pessoal, objetos de decoração, instrumentos musicais, mobiliária e indumentária, entre outros. Formou-se a partir de doações de alguns setores ligados à Prefeitura Municipal e, principalmente, por meio de doações particulares. O Acervo fotográfico – Fototeca Sioma Breitman, formado por cerca de 9.000 imagens de Porto

¹² Felizardo graduou-se em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi funcionário público do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC) e professor nos colégios Anchieta e Santo Antônio, na Faculdade de Filosofia de Viamão, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), na FIDENE (Ijuí) e na UNISINOS (São Leopoldo). Em 1964, foi punido pelo AI-1 e, em 1968, pelo AI-5, sendo detido e cassado. Em 1983, exerceu em Brasília o cargo de assessor técnico da bancada do PDT no Congresso Nacional. Em 1984, tomou posse como Diretor Geral da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Em 1988, foi nomeado o 1º Secretário da Cultura de Porto Alegre. Em 1992, tornou-se membro do Conselho Estadual de Cultura. Felizardo é autor de vários livros, entre eles: *A Revolução Francesa*, *A Coluna Prestes*, e *A Legalidade: último levante gaúcho*. Faleceu aos 60 anos, em dezembro de 1992.

Alegre dos séculos XIX e XX. Possui registros dos mais diferentes aspectos da cidade ao longo do tempo e conta com fotografias de profissionais renomados como Virgílio Calegari, Lunara, Barbeitos & Irmãos, Sioma Breitman e Irmãos Ferrari. Também guarda uma coleção formada por mais de 400 cartões postais das primeiras décadas do século XX. E o Acervo arqueológico, que conta com 200.000 itens relacionados a diferentes grupos que ocuparam o território desde o período pré-colonial no Rio Grande do Sul. O acervo possui coleções com material cerâmico, lítico, ósseo, entre outros, provenientes de áreas de ocupação indígena anteriores à presença branca no território, e coleções oriundas de sítios ocupados entre os séculos XVIII e XX, como peças produzidas em louça, vidro, metal, couro, pedra, ossos, cerâmica, restos ósseos humanos e alimentares¹³.

3.1 O estudo do acervo arqueológico

O acervo arqueológico é dividido por sítios escavados. Para fazer o estudo e análise dos objetos relacionados aos escravizados, contou-se com o auxílio da arqueóloga do museu, a Dra. Fernanda Tocchetto¹⁴. Entre as coleções analisadas e catalogadas pelo museu, existem cinco sítios nos quais podem ser identificados objetos relacionados à cultura material dos escravizados do século XIX em Porto Alegre.

O primeiro sítio a ser descrito é o RS.JA-04 (1994-1996). Esse sítio é localizado onde ficava o Solar Lopo Gonçalves, hoje atual sede do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. A edificação foi construída entre 1845 e 1855, e em 1994 foi preciso realizar o salvamento arqueológico no local, pois seria instalada uma escultura no pátio do solar. Esse salvamento foi coordenado por Fernanda Tocchetto e é importante ressaltar que o lugar já se mostrava com potencial arqueológico devido a sua arquitetura e edificações (TOCCHETTO, 2010). Em 1996, sabendo desse potencial, foram feitas mais escavações no local e foram encontrados locais de descarte de lixos oitocentista provindo das duas ocupações do solar¹⁵. A análise dos objetos encontrados não foi feita em sua totalidade e só ocorreu em relação às categorias de cerâmica, vítrea e óssea (TOCCHETTO, 2010). Dessa análise pode-se afirmar que foram encontrados em relação à cerâmica 1.589 fragmentos, em relação à vítrea 497 fragmentos e ao material ósseo foram encontrados 182 fragmentos faunísticos. Dentre esses objetos, destaca-se da cultura material dos escravizados fragmentos de cachimbo e lascas de vidro que foram lascados manualmente (TOCCHETTO, 2010).

O segundo sítio RS.JA-23 é localizado na Praça da Alfândega e foi escavado entre os anos de 2002 a 2011. O material encontrado foi pesquisado através do projeto “Pesquisa Arqueológica e

¹³ Todas as informações sobre o museu estão disponíveis em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=278

¹⁴ Doutora em História, Área de Concentração em Arqueologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Uma das suas áreas de pesquisa são voltadas para a arqueologia histórica e urbana.

¹⁵ As escavações foram feitas pelo arqueólogo Luís Cláudio Pereira Symanski, e esse trabalho resultou em sua dissertação de mestrado em História, PUCRS.

Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre, RS”, o qual está inserido no “Programa de Arqueologia Urbana do Município de Porto Alegre, RS”, desenvolvido pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo¹⁶. A escavação teve como objetivo a preservação e valorização do patrimônio arqueológico da área (OLIVEIRA, 2007). Com base nas informações do relatório final da escavação e análise do mesmo pode-se dizer que foram encontrados muitos materiais nas duas áreas escavadas no local. Na primeira área, entre os objetos há vidro (6%), metal (7%), louça (10%), osso/dente (30%) entre outros¹⁷. Na segunda área foram encontrados metais (22%), vidro (24%), louça (24%), cerâmica simples (3%), entre outros materiais. Em relação aos achados arqueológicos relacionados à cultura material dos escravizados foi encontrado fragmentos de cerâmica.

A terceira coleção do sítio arqueológico RS.JA-10 foi feita na Praça Brigadeiro Sampaio em Porto Alegre por motivo das instalações das linhas de transmissões subterrâneas da CEEE (2012). Dentre os materiais encontrados têm-se fragmentos de cerâmica, louças, metais, orgânicos, vidros e outros materiais. Essa escavação, assim como a do sítio RS.JA-23, é vinculada ao projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre, RS”. No Relatório Final do sítio constam 896 fragmentos de cerâmica, 1226 fragmentos de louça, 195 de vidro, 230 de metal, 173 de ossos e 40 fragmentos denominados como outros (TOCCHETTO; OLIVEIRA, 2012). Em relação à cultura material dos escravizados, foram encontrados fragmentos de cerâmica dos mesmos, mas a sua quantidade é incerta, pois no relatório afirma que dos 896 fragmentos de cerâmica, 269 fragmentos são de origem indígena ou africana.

O quarto sítio RS.JA-72, está localizado no Estacionamento Área 6 da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. O sítio foi registrado com o nome de Casas de Caridade - Santa Casa. A escavação foi feita porque ali seria instalado um edifício garagem. Em 2005 foi encontrada por acaso uma lixeira coletiva datada anterior a 1906, o que motivou a escavação deste local no ano de 2009. Dos materiais desse sítio, apenas uma parte foi analisada, higienizada e catalogada. Desse material analisado encontram-se cerâmica, louça, vidro e ossos. Dentre esses achados, há um cachimbo cerâmico, provavelmente de produção afro-brasileira (SCHIMTZ; BARETTA; CRUZ; TOCCHETTO, 2011).

O quinto e último sítio, Lomba do Pinheiro 2 (RS.JA-74), foi escavado devido a obra de construção da adutora de interligação Belém Novo, em Porto Alegre em 2010, esse projeto também esta inserido no “Programa De Arqueologia Urbana do Município de Porto Alegre, RS”. Segundo o Relatório Final deste sítio, foram analisados 1.094 fragmentos de cerâmica. Dentre esses fragmentos encontram-se 644 peças de origem europeia, 20 objetos identificadas como de origem africana, 69 peças de origem guarani e 353 que podem ser tanto de origem africana como sendo de origem

¹⁶ Essa pesquisa se vincula ao Museu, por ser a instituição autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de acordo à Portaria nº 247 de 29/08/2006.

¹⁷ Não foi feita uma análise completa do Relatório Final, pois o intuito desse artigo é fazer um panorama geral sobre o que foi encontrado e evidenciar a cultura material dos escravizados.

guarani. O Relatório explica que em relação aos 353 fragmentos, há inúmeras incertezas sobre a origem dessas peças devido ao fato de terem características semelhantes, impossibilitando sua identificação com os recursos que tinham (OLIVEIRA, 2011), necessitando então novos equipamentos para saber ao certo suas origens.

Apesar de faltar algumas informações sobre determinados sítios, pode-se perceber que comparado com outros materiais encontrados, há poucos artefatos atribuídos aos escravizados do século XIX. Isso pode ser por diversos motivos: um deles é a falta de estudo desses objetos; outro que surge da análise dos relatórios, é a dificuldade de conseguir distinguir as cerâmicas indígenas das da cultura africana. Mas mesmo não sendo o objetivo deste artigo investigar o porquê dessa escassez, é importante ressaltar que ao longo do tempo não houve um cuidado da sociedade em guardar e preservar a cultura material dos escravizados assim como de outros grupos humanos não considerados importantes socialmente. O pouco que se tem, muitas vezes é encontrado em lixeiras coletivas na cidade de Porto Alegre, tendo em base os cinco sítios mencionados¹⁸.

CULTURA MATERIAL DOS ESCRAVIZADOS - ACERVO MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO	
SÍTIO / COLEÇÃO	TIPOLOGIA E QUANTIDADE
RS.JA-04 - Solar Lopo Gonçalves	FRAGMENTO DE CACHIMBO - 3 FRAGMENTOS DE VIDRO LASCADO - 3
RS.JA-10 - Praça Brigadeiro Sampaio	FRAGMENTOS DE CERÂMICA – 269*
RS.JA-23 - Praça da Alfândega	FRAGMENTOS DE CERÂMICA – 149*
RS.JA-72 - Casas de Caridade	CACHIMBO INTEIRO – 1
RS.JA-74 - Lomba do Pinheiro 2	FRAGMENTOS DE CERÂMICA – 20 FRAGMENTOS DE CERÂMICA – 353*

Tabela 1: Quantidade de cultura material encontrada em cada sítio e suas tipologias¹⁹. Fonte: produção própria a partir dos dados levantados nos Relatórios Finais dos sítios escavados

Dos vestígios encontrados nessas coleções, dez artefatos estão expostos no museu: três fragmentos de cachimbo na Primeira Sala do Museu, que conta a história do local, e os outros objetos como cerâmicas, cachimbo e contas de colares na Sala sobre as Transformações Urbanas da Cidade de Porto Alegre.

3.2. Uma visita guiada pelo museu

O Museu Joaquim Felizardo é financiado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, isso

¹⁸ A pesquisa é baseada no acervo analisado do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, pelo tanto todas as conclusões do artigo é em torno desse acervo.

¹⁹ As quantidades com um asterisco (*) se referem ao fato de não haver ao certo a quantidade exata de fragmentos de origem dos escravizados, pois na maioria dos relatórios afirmam ser ou de origem africana ou indígena ou simplesmente cerâmica como um modo geral.

O painel fala pouco sobre os escravizados. Quando perguntado a mediadora como se dá a interação entre o público e a pouca informação que a exposição traz, ela ressalta o importante papel da mediação, explica que todas as mediadoras a partir dessas brechas que o painel oficial traz, explicitam esse fato, e falam bastante sobre a história, sobre a cultura escravocrata do momento tentando sensibilizar ao público (Bibiana Domingues, novembro de 2017). Como no painel há uma lista de escravos do comerciante, a mediadora aponta que “tenta então perguntar por que a casa homenageia o Lopo Gonçalves e não homenageia [aos escravizados] Francisco ou a Cipriana”, fazendo assim os visitantes pensar um pouco sobre o porquê se escolheu o nome de Lopo. Mais adiante no mesmo painel fotografias antigas do solar e também artefatos encontrados em locais de descarte no terreno do Solar. Eles estão expostos com uma pequena legenda em cada um dos objetos. Entre eles três fragmentos de cachimbo, e em sua legenda afirmam ser um cachimbo proveniente de escravizados do século XIX.



Foto 2: Fragmentos de cachimbos expostos no Painel “O Solar que virou museu: memórias e histórias”. Fonte: Fotografia de Évylin Koligoski da Silva.

Do outro lado da sala, encontra-se o painel: “Novos atores sociais no Solar e o movimento preservacionista”, onde estão expostas algumas outras informações sobre o solar e suas

transformações e seus proprietários depois de Lopo Gonçalves. A herdeira da família Gonçalves Bastos vendeu a casa em 1946 para a família Volkmer, donos de uma fábrica de velas na Rua Uruguai no centro de Porto Alegre. O painel mostra a sua família e explica que o solar foi transformado para abrigar, além dos proprietários, os funcionários da fábrica.

No mesmo painel mostra o outro proprietário, depois da família Volkmer. O solar foi vendido em 1966, para a SASSE (Serviço de Assistência Social e Seguro dos Economiários), e tinha como intenção demolir o solar e construir um conjunto habitacional para os sócios. Na época o solar estava em precárias condições de preservação. Segundo a mediadora o zelador que cuidava a propriedade naquele momento, “permitia que pessoas que não tinham onde morar morasse aqui, [por essa razão a casa] ficou conhecida como “cortiço” [...] a casa era completamente diferente, tinha vários cômodos separados, [moravam] várias famílias” (Bibiana Domingues, novembro de 2017). Apesar disso não há nada sobre essa parte da história do solar, não existem informações sobre quem eram essas pessoas, para onde foram, etc. O solar mudou de dono em 1977. Seu proprietário foi o IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social), mas em 1979 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre fez uma permuta adquirindo assim o solar.

Outro painel intitulado: “A recuperação do Solar e as novas perspectivas”, fala sobre como o solar virou museu, mostrando sua trajetória de reconstrução em sua forma original construída no século XIX, apagando as outras ocupações que teve. Ali consta o porquê do museu se chamar Joaquim Felizardo e quem ele era.

Na sala ao lado encontra-se a exposição chamada “Transformações Urbanas” e conta um pouco sobre Porto Alegre e suas alterações nos séculos XIX e XX. Há um mapa eletrônico da cidade, mostrando ela antes e depois dos aterramentos feitos no Rio Guaíba, durante o século XX, para expandir a cidade. Nesse mapa há indicações de locais indígenas na cidade. No mesmo mapa foram inseridos pontos que mostram a presença negra na cidade.

Localizamos no mesmo mapa alguns pontos referentes à cultura e territorialidade negras do século XVIII e XIX. Os pontos selecionados tiveram como referência o próprio acervo do Museu, com artefatos de matriz africana recuperados em diversos sítios arqueológicos com contextos oitocentistas na cidade, além do Museu do Percurso Negro (Bibiana Domingues e Fernanda Tocchetto, junho de 2018).



Foto 3: Vitrine colocada do lado do mapa, mostrando os diferentes objetos encontrados nas escavações da cidade, relacionado aos escravizados. Fonte: Fotografia de Évylin Koligoski da Silva.

Nesta mesma sala também há dois fragmentos de cerâmicas atribuídos aos escravizados, porém sem muita informação. Esses objetos foram encontrados em uma lixeira coletiva, junto a outros objetos também expostas no painel, como louça, penicos, botões, frascos de vidro, etc.



Foto 4: Dois fragmentos de cerâmica (nº 13 e 14) relacionadas à produção dos africanos e/ou afrodescendentes expostos no painel: “Transformações urbanas”. Fonte: Fotografia de Évylin Koligoski da Silva.

No corredor, em direção a terceira e última sala, encontra-se uma exposição temporária chamada “Quando ela pinta as unhas” e expõe sobre beleza e os esmaltes usados pelas mulheres modernas de Porto Alegre na década de 1940, bem como objetos utilizados pelas cabeleireiras nessa época. Os objetos em exposição foram encontrados em uma escavação, em Porto Alegre. Essa exposição foi feita por Clarice da Silva Alves, técnica em cultura da Secretaria da Cultura de Porto

Alegre. Nessa exposição há um item que era utilizado para alisar cabelos afros, por uma cabeleireira da cidade muito famosa por conhecer a técnica de alisar esses tipos de cabelo, informações que só surgem pela mediação, pois no painel não há muitas explicações ao respeito.

Na última sala, há uma exposição temporária sobre a história da música na cidade de Porto Alegre, contemplando a história da Banda Municipal, fundada em 1925. Não há nenhum objeto nem instrumento musical exposto relacionado aos escravizados nessa sala, ou de negros e negras.

Finalmente, é possível afirmar que existe uma considerável presença de objetos dos escravizados relacionados a sua cultura no acervo do museu e informações importantes sobre os mesmos, mas ainda não foram expostos. O museu possui três salas com exposições, e a grande maioria dos objetos é referente a pessoas “brancas”. O discurso expográfico privilegia aspectos da cultura “branca” deixando outro importante número de pessoas, também habitantes da cidade, invisibilizados ou destacando deles apenas sua relação com o branco que o escravizava. A visão que o museu acaba passando reproduz os critérios de estratificação social da época, sem dar maiores informações sobre os objetos da cultura material dos escravizados, assim como há pouca ou nenhuma alusão a cultura material dos indígenas e das pessoas pobres que moraram no solar nas décadas de 1960 -70.

Durante a mediação foi questionado sobre como reconhecer que as cerâmicas encontradas são relacionadas aos escravizados. Bibiana Domingues então explica que, segundo Fernanda Tocchetto na época do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), as cerâmicas foram classificadas como neobrasileiras.

Essa denominação “neobrasileira” refere “a uma cerâmica produzida no Brasil sob influência indígena, africana e europeia. Mas esta amplitude é justamente onde reside seu vazio de significado: ao remeter-se a muitas e diferentes coisas, acaba por não identificar coisa alguma” (OLIVEIRA, 2011, p. 53). Porém essa denominação não é mais usada, e apesar de ser difícil identificar a “olho nu” o que seriam de origem africana ou indígena, há técnicas mais precisas que conseguem descobrir sua origem.

Por este motivo, é importante entender que como durante muito tempo a maioria das cerâmicas foram classificadas como neobrasileira e muitos dos relatórios do museu são provenientes de licenciamentos ambientais, várias dessas coleções provindas desses sítios são antigas, quando ainda não existia uma outra denominação e havia pouquíssimos estudos que ajudassem a distinguir esses tipos de cerâmicas. Os objetos desses sítios vinham juntos “numa caixa, e foi catalogada pelos arqueólogos na época, mas ainda não foi inventariado pelo museu, então eles estão catalogados, mas não inventariados, esse trabalho recém está começando por parte dos técnicos do museu” (Bibiana Domingues, novembro de 2017).

O fato de ter peças que são de difícil identificação e ainda pouco analisadas tanto de populações indígenas quanto negras, demonstra o menor desenvolvimento de pesquisas em torno a estes povos. Por outro lado, confirma-se mais uma vez que a historiografia no Estado do Rio Grande

do Sul por ter negado por muito tempo que havia uma quantidade de escravizados tão significativa quanto em outros Estados do Brasil, não “enxergou” nem analisou seus vestígios materiais.

Mas se os museus são “espaços culturais que cuidam da preservação da memória dos povos” e são “importantes espaços de aprendizagens, contribuindo significativamente para o conhecimento e o respeito e a valorização do patrimônio sócio-histórico e cultural” desses povos (FONSECA, 2003, p. 224), existe uma importante incongruência em torno ao papel social que cumpre o museu e o que em definitiva o Museu Joaquim Felizardo pode mostrar e trabalhar a partir de seu acervo.

Se os museus são espaços para a preservação da memória dos povos, é preciso que essa memória tenha seu lugar. No caso deste a maior dificuldade está na falta de recursos (tanto financeiros como humanos), o que é compensado pelo trabalho consciente da equipe técnica e sobretudo através da mediação: única maneira de aceder a outro tipo de informação que não está explicitada para o visitante.

As explicações contidas nos painéis são insuficientes ou desatualizadas, a própria exposição tem mais de dez anos e necessita ser modificada à luz dos avanços nos critérios expositivos e sobre tudo quanto ao conteúdo, posto que tem tido importantes pesquisas sobre a cultura material indígena e sobre tudo dos povos escravizados que não está integrada na expografia, ficando assim fora do discurso museológico. Em definitiva a única oportunidade de conhecer parte desses avanços está nas informações dadas pela fala da mediadora. Ou seja, quem não faz a visita guiada e tem pouco conhecimento da história da cidade, não conseguirá distinguir certos pontos da história que está sendo contada nos painéis, e menos ainda as ausências e apagamentos.

Porém um aspecto positivo e de grande relevância é o painel com o mapa da cidade, pois existe a possibilidade do público encontrar a presença negra ao longo da cidade de Porto Alegre, e conseguir relacionar os objetos de sua cultura na vitrine onde há alguns artefatos identificados.

Em definitiva, tem-se que ressaltar o papel da mediação, de extrema importância para a compreensão dessa presença ao longo de toda a exposição. Sem ela, realmente, ficariam lacunas importantes sobre a história dos escravizados.

Em síntese, percebe-se que há uma maior valorização da cultura branca, mesmo sem ser o interesse da direção atual do museu, o que é reconhecido pelos próprios funcionários técnicos. Muito se fala dos diferentes donos da casa, mas sobre o vínculo entre esses donos e outros moradores da casa pouco ou nada. Também nada se diz dos que moraram no solar na época em que era um “cortiço”. A mediadora explica que “são escolhas que se fazem, qual história é importante a de 1845 ou a da década de 1970”. Até mesmo a reforma do solar apaga, pois se resolveu deixar a casa como era em 1845, quando construída. Entanto que o vestígio do cortiço e da história dessas pessoas se perdeu, assim como parte da história dos outros habitantes da casa (escravizados, empregados das famílias que ali moraram) que só começou a ter espaço ou presença com a labor dos mediadores.

Segundo as informações coletadas e da análise da cultura material dos escravizados

e da expografia do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo pode-se elencar pontos negativos e positivos ao que se refere à inserção do negro escravizado no contexto do museu e do acervo. Como o museu trata a história desse povo silenciado?

Em relação ao acervo e as cinco coleções estudadas, é importante ressaltar que o trabalho de inventariado é muito trabalhoso e requer muito tempo para que se possa fazer isso. Não são todas as coleções que estão inventariadas pelo museu, e a maioria das informações que cada coleção tem vem dos relatórios e das listagens de materiais feitas pelos arqueólogos responsáveis por cada escavação. Pode haver muito material de cultura dos escravizados em mais coleções dos que as já estudadas.²¹ O grupo responsável pelo acervo arqueológico está aumentando o ritmo de algumas coleções a serem inventariadas ao encontrar mais material relacionado à cultura africana e dos escravizados, o que é extremamente relevante para obter mais materiais e informações históricas nas futuras exposições.

Sobre a expografia do museu, é fundamental a mediação para identificar a cultura dos escravizados nos painéis das salas e conhecer mais ao fundo a história deles através dos objetos e de seu lugar na cidade. Porém a exposição mostra muito material sobre a imigração europeia privilegiando e reforçando posições historiográficas e visões elitistas que tem silenciado a cultura e a presença de muitos outros grupos sociais, os mais numerosos e fundamentais para o desenvolvimento econômico do Estado e do país.

Apesar de encontrar falhas na exposição, é clara a intenção da medição de trazer outras presenças, mais informações, ou seja, outras histórias que não estão no painel, evidenciando assim pessoas e seus contextos que estão ausentes no discurso museográfico. Percebe-se que o museu pretende trazer à tona esses materiais dos escravizados na exposição, que o que falta é a liberação de verba para reformular a exposição atual e fazer uma nova proposta em que se integre a/s história/s das pessoas escravizadas. Isto demonstra também que existe um interesse da instituição em responder as demandas sociais e uma autocrítica por parte dos especialistas que ali trabalham. Interpreta-se estas ações como uma possível “entrada” no museu, dos debates públicos acerca da presença africana no Brasil e sua herança cultural, das reivindicações memoriais de seus descendentes e do processo de conquista e resistência que vem ganhando espaços e presença, agora nos museus, o que também está em consonância com os debates vindos da História Pública.

Por este motivo “a abordagem da escravidão nos museus necessita estabelecer um diálogo sobre os sentidos e as marcas legadas pela escravidão na sociedade brasileira, bem como as formas de representação social e material que estas adquirem ao longo do tempo” (MELLO, 2013, p. 48).

Importantes mudanças curriculares da educação básica estão tentando modificar isto, a Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e das culturas africana e afro-brasileira. Muito se sabe sobre a escravidão, modos e objetos de tortura, cartas de alforria,

²¹ Após o fechamento da pesquisa e da formulação do artigo, o pessoal do setor de arqueologia ainda estava trabalhando para encontrar mais objetos relacionados aos escravizados e sua cultura nas subcoleções.

mas pouco se ensina sobre a cultura dos escravizados, do seu modo de vida, de suas resistências a esse sistema escravagista. A proposta educativa do museu em questão estaria acompanhando este processo.

Pensando na sua cultura material, não apenas os objetos de tortura e sim tudo o relacionado a esse tipo de prática é que deveria ser mais trabalhado no museu, artefatos que falem de sua presença nestas terras, que permitam conhecer melhor sua história, uma história que não reproduza as práticas e representações passadas, que permita mostrar e compreender os bens materiais e simbólicos de aquelas pessoas, que estabeleça hoje a conexão com esse passado, e através desse conhecimento possa gerar um sentido de pertença, consciência e identidade.

A cultura material pode sempre dizer muito, no entanto, ela deve ser pesquisada. Um objeto guardado em um museu não será útil se não houver a história sobre ele. O papel do museu está além de conservar e expor, ele tem que proporcionar utilização de seu acervo para comunicar (PIRES, 2016, p. 338).

Em outros países alguns museus tentam mudar este olhar. Existe em Liverpool um museu que tem como finalidade mostrar a importância do tráfico negreiro para a revolução industrial, quanto que em Angola o Museu Nacional da Escravatura, reconstrói a história dos povos oprimidos no processo de colonização oitocentista. No Brasil existem alguns museus que retratam a cultura dos escravizados, e suas lutas. O Museu Afro-brasileiro de Salvador na Bahia é voltado para os estudos afro-brasileiros (MELLO, 2013). No Rio de Janeiro existe o Museu do Negro que tem o intuito de preservar e difundir a história do negro no Brasil e da cultura afro-brasileira, por citar alguns exemplos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente se assiste a um processo de democratização do patrimônio e da cultura em geral. Se deve incentivar o acesso aos museus, e estes devem promover a pluralidade e representatividade social em suas exposições. Os museus continuam sendo o lugar de fixação da memória nos objetos, espaços, marcas, símbolos e práticas do que é selecionado e mesmo do que é descartado, silenciado, invisibilizado ou tratado de forma secundária. A análise crítica das expografias e maneiras de comunicar que o museu tem, deve ser atendida pelo mundo acadêmico como um modo de quer transcender os muros institucionais de produção do saber, estar em diálogo com as reivindicações memoriais, construir cidadania, fortalecer a justiça e a igualdade social. Por isso é fundamental pensar criticamente a relação destas instituições com a sociedade e seus cidadãos e sobre tudo, da academia e os espaços de transmissão do saber para que exista uma verdadeira apropriação social do conhecimento ali produzido, e se bem trabalhado levará a uma tomada de consciência das desigualdades históricas e as atuais.

O museu educa por meio da tridimensionalidade e, nesse sentido, a exposição e todas

as linguagens que a compõem educam não somente o olhar, mas também sobre a História. Assim: a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (MELLO, 2013, p. 54)

Nesse sentido, trazer a história dos povos silenciados é de extrema importância, porque por muito tempo se contou a história dos povos vencedores e pouco dos vencidos. É preciso equilibrar essa desvantagem. O estudo da cultura negra e do povo escravizado no Brasil é algo recente: “até 1930, poucos escritores dedicaram atenção a etnografia e a sociologia dos africanos e de seus descendentes brasileiros” (SKIDMORE, 2012, p. 259). Se na escrita, a história destes povos africanos foi tardia, no âmbito dos museus ela é mais ainda.

É somente a partir de 1980 que os grupos negros e indígenas passam a ser incorporados na mensagem expositiva do museu, na iniciativa, no plano cultural, de buscar uma identidade nacional. Todavia, é só em 1988 que temos a participação efetiva dos diferentes grupos da sociedade nos processos de preservação e uma notável ampliação da ideia que se tinha de patrimônio, levando a diversificação destes (SOARES; SOUZA; CARDÔZO; ALBARELLO, 2007, p. 125).

Pode-se perceber que no museu analisado neste artigo, encontram-se “falhas” ou vazios em sua expografia, mas existe a presença negra na exposição, apesar de ser uma quantidade inferior à da cultura “branca”. Porém não existe desinteresse nem falta de vontade, mas sim falta de mais recursos financeiros e humanos: para conhecer melhor os materiais de cada coleção, para melhorar a exposição existente, e para fortalecer as instâncias de capacitação e divulgação dos achados relacionados aos povos escravizados.

Ainda tendo que atravessar dificuldades para expor esses objetos dos escravizados, o museu é consciente de seu papel cultural e patrimonial na comunidade em que está inserido.

Consideramos que raça e racismo são temas sensíveis que necessitam ser abordados em toda a sua complexidade, e o reduzido espaço que ocupamos com a intervenção não dá conta de aprofundar a questão, contudo, tentamos construir uma janela de diálogo, a partir da qual o tema possa ser discutido com os visitantes, inclusive em suas lacunas (Bibiana Domingues e Fernanda Tocchetto, junho de 2018).

Através do trabalho de mediação realizado pode-se notar que há um esforço da instituição e do pessoal capacitado por trazer em sua expografia a história desse povo silenciado no passado. Esta vontade se percebeu durante todo o auxílio recebido para esta pesquisa, além de mostrar o interesse em acrescentar mais informações sobre a história negra da cidade bem como a cultura dos escravizados, questão que pelo momento só é realizado verbalmente nas visitas guiadas, contribuindo a quebrar as formas simbólicas de dominação e representação do poder “branco” em nossas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina M. R. M. Tal antropologia qual museu? *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo: USP, v. S-7, p. 121-144, 2008.
- AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 1998.
- AGOSTINI, Camilla (org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2012.
- BAKOS, Margaret M. RS: *Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BRASIL. Decreto nº 708, de 14 de Outubro de 1850. Regula a execução da Lei que estabelece medidas para a repressão do tráfico de Africanos neste Imperio. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 158 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).
- BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.
- BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, decreto n. 9517 de 14 de novembro de 1885, aprovando o regulamento para nova matricula dos escravos menores de 60 annos de idade, arrolamento especial dos de 60 annos em diante e apuração da matricula em execução do art. 1 da lei: indice alfabético.
- BRASIL. Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. *Diário Oficial da União* de 14 de maio de 1888] (p. 1, col. 1).
- BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília*.
- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília*.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. Entrecampos: Trajetórias na Antropologia e na Arqueologia. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. XIII, p. 290-302, 2016.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizagem*. 2 Ed. Campinas, SP: Papirus, 2003
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. 2. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- FUNARI, Pedro Paulo A; CARVALHO, Aline Vieira de. *Cultura Material e patrimônio científico: discussões atuais*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, 1998, 317 pp.
- LIMA, Tânia Andrade; SENE, Gláucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. *Em busca do vais*

do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. In: An. mus. paul. vol.24 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2016

- MELLO, Janaina Cardoso de. A representação social da escravidão nos museus brasileiros: interfaces entre a Museologia e a História. SANKOFA - Revista de História da África e de estudo da Diáspora Africana, v. 6, n. 10. São Paulo, 2013.
- MENSCH, Peter Van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. In: Boletim ICOFOM/LAM. 1a Reunião Anual do ICOFOM/LAM. Ano II, n.4/5, 1992.
- OLIVEIRA, Alberto T. D. Relatório Final: Pesquisa Arqueológica na Praça da Alfândega Projeto Monumenta – Porto Alegre/RS PMPA. Porto Alegre, 2007.
- OLIVEIRA, Alberto T. D. Relatório técnico final: Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo - Lomba do Sabão – Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, fevereiro de 2011.
- PIRES, Kimberly Terrany Alves. Pesquisa de cultura material: microfone de pedestal do Museu Joaquim José Felizardo In: Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas - PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2016.
- PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.
- SCHMITZ, Clóvis Leandro de Mello; BARETTA, Jocyane Ricelly; CRUZ, Pedro Enrique Ermida; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Do outro Lado do Muro: um sítio arqueológico de periferia em Porto Alegre, século XIX. In: Santa Casa de Porto Alegre: histórias reveladas II. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). 1 ed. São Paulo: Companhia de letras, 2012.
- SOARES, André Luís Ramos; SOUZA, Cristiéle Santos de Souza; CARDÔZO, Lisliane ALBARELLO, Tales Henrique Albarello. A Educação Patrimonial como um instrumento de preservação e democratização da Memória e do Patrimônio nos museus. In: Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina Vice-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós Graduação, Programa de Pesquisa e Extensão– Ano 20, n. 26, Junho de 2007.
- SITE DE PORTO ALEGRE. Disponível em < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=278 >. Acesso em 07 de novembro de 2017.
- THIESEN, Beatriz Valladão; MOLET, Claudia Daiane; KUNIOCHI, Marcia Naomi. Charqueada e escravidão em Rio Grande. In: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Maio, 2011.
- TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre Moderna Oitocentista. Editora Oikos. Porto Alegre, 2010.
- TOCCHETTO, Fernanda Bordin; OLIVEIRA, Alberto T. D. Relatório Técnico Final: Plano de trabalho

para Monitoramento Arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio – Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 2012.

XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: RS negro: Cartografias sobre o a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.